

# CAIXA

## *Vida e Previdência*

Demonstrações Financeiras **2024**





## Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.  
Em conformidade com o Acordo de Associação e com o objetivo de racionalizar a estrutura e reduzir os custos operacionais, a Companhia incorporou a XS2 Vida e Previdência S.A. ("XS2") em 30 de agosto de 2024. (vide nota 1.1).  
A Companhia encorajou o exercício o com lucro líquido de R\$ 1.681 bilhão, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 16,25%, confirmando assim sua solidez e lucratividade dentro do mercado de previdência complementar brasileiro.  
A Companhia registrou, no exercício de 2024, um patrimônio líquido de R\$ 10,3 bilhões, um aumento de 292,07% comparado aos R\$ 2,64 bilhões do ano anterior, deve-se principalmente a incorporação da XS2 Seguros e Previdência S.A., com aumento do capital social em R\$ 7,8 bilhões.  
No exercício de 2024, a receita ganha de prêmios totalizou R\$ 2,73 bilhões, no mesmo período do ano anterior foram R\$ 2,31 bilhões, o que representa um aumento de 18,16%, também em decorrência da incorporação da XS2 Seguros e Previdência S.A.  
As contribuições brutas totalizaram R\$ 26,37 bilhões em 2024 (em 2023 foram R\$ 25,26 bilhões) com um aumento de 4,41%, e as receitas com taxa de gestão totalizaram R\$ 1,78 bilhão em 2024 (em 2023 foram R\$ 1,61 bilhão) representando um aumento de 11,03%, principalmente pelo maior volume de reserva técnica de previdência.  
O resultado financeiro apresentou um acréscimo de 40,85% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando o montante de R\$ 662,7 milhões em 2024 e R\$ 470,5 milhões em 2023.  
As aplicações financeiras da Companhia, no exercício de 2024, alcançaram o patamar de R\$ 183,2 bilhões, o que representa um crescimento de 15,08% em relação ao valor de R\$ 159,25 bilhões atingidos no final do ano anterior. Destacam-se ainda, as provisões técnicas da Companhia que, ao final deste exercício, alcançaram o patamar de R\$ 181,3 bilhões, com um crescimento no período de 15,40% quando comparado aos R\$ 157,11 bilhões do final do ano anterior.  
As companhias Caixa Vida e Previdência S.A. e XS2 receberam da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,

estipulando das apólices de seguros prestamista, uma base de dados contendo a relação de pessoas naturais falecidas, que figuravam como titulares de contratos de crédito, sem aviso de sinistro por parte do estipulante até então, que foi objeto de fato relevante publicado pela Caixa Seguradora em 08 de julho de 2024. Foram identificados aproximadamente R\$ 282,8 milhões em valores segurados referentes a sinistros avisados nos últimos três anos (2021 a 2024) somados aos valores constituídos de IBNR (Provisão técnica de Sinistros ocorridos e não avisados) no valor de R\$ 42,7 milhões relacionados a este evento, totalizando o montante de R\$ 325,5 milhões.  
O processo de abertura e regulação de sinistros seguiu o procedimento regular e o pagamento aos beneficiários estará sujeito a apresentação dos documentos exigidos. Do total de sinistros avisados, R\$ 67 milhões já foram pagos no ano de 2024, e o restante está em análise e deverá ser pago no ano de 2025, caso a documentação esteja em conformidade.  
A Caixa Vida e Previdência S.A. se mantém entre as maiores empresas de previdência complementar aberta no país. A Companhia manteve seus produtos atrativos para investidores, com boa rentabilidade frente aos concorrentes. Como resultado, alcançou bons índices de permanência na carteira. Foi observado também maior preocupação dos clientes em buscar o produto como alternativa à previdência social, com foco na aposentadoria.  
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de distribuição a distribuição de pelo menos 75% dos resultados obtidos no final do exercício.

**Sustentabilidade**  
Como uma empresa que está consolidando sua trajetória no campo da sustentabilidade, a Caixa Vida e Previdência S.A. ("Companhia") tem ampliado e amadurecido sua agenda sustentável, demonstrando a ambição de gerar impactos concretos para a sociedade e o meio ambiente. Ao integrar princípios de sustentabilidade à sua estratégia, a organização alcança avanços consistentes e implementa ações que beneficiam clientes, colaboradores e demais stakeholders.  
A gestão sustentável da Companhia é fundamentada em quatro pilares estratégicos. No pilar de negócios, sustentam-se o desenvolvimento de soluções inclusivas e a promoção da educação financeira, que fortalecem a conscientização sobre o planejamento para o futuro e o uso consciente de produtos de seguridade. No eixo de gestão climática, a Companhia prioriza a mitigação e

compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE), atuando em frentes como a operação em prédios com certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e o investimento em projetos REDD+ (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation) que fomentam a conservação florestal da Amazônia, reforçando o compromisso da Companhia com a transição para uma economia de baixo carbono e a promoção de práticas ambientalmente responsáveis. No pilar de proatividade ESG, a Companhia vem avançando na adoção de critérios de sustentabilidade nas decisões de investimento, na assinatura de pactos e compromissos globais e na disseminação da cultura sobre o tema por meio de sensibilizações e capacitações técnicas das equipes. Já no eixo de pessoas, foi desenvolvida uma estratégia ampla de diversidade e inclusão, complementada por programas voltados à saúde mental e ao bem-estar, promovendo um ambiente corporativo acolhedor e equitativo.  
Além dos quatro pilares, a governança da sustentabilidade desempenha um papel essencial no progresso das iniciativas. A Companhia tem implementado processos estruturados e conta com órgãos dedicados ao acompanhamento das ações. Em linha com as melhores práticas de mercado, foi lançado o primeiro relatório de sustentabilidade em conformidade com as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), assegurando transparência na divulgação do tema.  
Essas iniciativas reafirmam o compromisso da Companhia em consolidar a sustentabilidade como um diferencial estratégico, reforçando sua responsabilidade com o futuro e com os valores que compartilha com os brasileiros.

**Considerações finais e agradecimentos**  
A Caixa Vida e Previdência S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas, e em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso é garantir à família brasileira tranquilidade no presente e segurança no futuro.  
A Companhia reconhece ainda, o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025  
A Administração

## Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
Receitas de contribuições e prêmios		26.376.322	25.262.330
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(26.372.015)	(25.255.918)
<b>Recetas de contribuições</b>		<b>4.307</b>	<b>6.412</b>
Receita com taxa de gestão e outras taxas	24	1.788.085	1.610.485
Varição de outras provisões técnicas		(6.027)	(12.841)
Benefícios retirados		(13.376)	(12.801)
Custos de aquisição - previdência	26.3	(173.377)	(97.993)
Outras receitas e despesas operacionais - previdência	26.4	(18.470)	(11.527)
Prêmios emitidos	26.1	2.341.868	1.270.644
Contribuições para cobertura de riscos	26.1	159.410	165.771
Variações das provisões técnicas de prêmios		229.864	874.972
<b>Prêmios ganhos</b>		<b>2.731.142</b>	<b>2.311.387</b>
Sinistros ocorridos	26.2	(770.730)	(562.054)
Custo de aquisição - seguros	26.3	(668.677)	(512.504)
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	26.4	(182.854)	(154.961)
Receita com resseguro		(407)	843
Despesa com resseguro		-	(1.607)
Outros resultados com resseguro		-	100
<b>Resultado com operações de resseguro</b>		<b>(407)</b>	<b>(664)</b>
Despesas administrativas	26.5	(330.591)	(161.390)
Despesas com tributos	26.6	(240.961)	(208.661)
Receitas Financeiras		14.285.037	17.147.275
Despesas Financeiras		(13.622.266)	(16.678.717)
<b>Resultado financeiro</b>	26.7	<b>662.771</b>	<b>470.558</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>2.782.835</b>	<b>2.663.446</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(2.349)	6
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>2.780.486</b>	<b>2.663.452</b>
Imposto de renda	26.8	(662.837)	(662.768)
Contribuição social	26.8	(416.024)	(397.520)
Participações sobre o resultado	27	(19.821)	(15.069)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.681.804</b>	<b>1.588.095</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>5.686.085.465</b>	<b>1.314.494.988</b>
<b>Lucro líquido do período por ação</b>		<b>0,30</b>	<b>1,21</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.681.804</b>	<b>1.588.095</b>
<b>Outros lucros abrangentes</b>	<b>(392.421)</b>	<b>135.213</b>
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários (Nota 5.2)	(627.688)	220.331
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	254.067	(85.118)
Incorporação XS2	(18.800)	-
<b>Total dos lucros abrangentes do exercício</b>	<b>1.289.383</b>	<b>1.723.308</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA</b>		
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.681.804</b>	<b>1.588.095</b>
<b>Ajustes para:</b>		
(+) Depreciações e Amortizações	106.052	6.750
(+/-) Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	830	400
(+/-) Juros em passivos de arrendamento	1.293	129
(+/-) Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	2.349	4
(+/-) Variação nos custos de aquisição diferidos	121.348	345.722
(+/-) Variação nas provisões técnicas	(174.258)	(843.658)
(+/-) Outros Ajustes	27.406	6.218
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
(+/-) Aplicações	(18.168.832)	(21.024.267)
(+/-) Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.075)	(56.294)
(+/-) Créditos das operações de previdência complementar	74	389
(+/-) Ativos de Resseguro	408	22
(+/-) Créditos tributários e previdenciários	9.349	1.468
(+/-) Ativo fiscal diferido	-	97.339
(+/-) Depósitos judiciais e fiscais	450.914	-
(+/-) Despesas antecipadas	(6.364)	3.399
(+/-) Outros Ativos	(12.008)	46.874
(+/-) Obrigações a pagar	(76.119)	53.078
(+/-) Impostos e encargos sociais a recolher	12.870	64
(+/-) Encargos trabalhistas	4.130	(619)
(+/-) Imposos e contribuições	1.042.985	1.037.288
(+/-) Outras contas a pagar	(11.971)	33.525
(+/-) Débitos de operações com seguros e resseguros	(126.547)	(54.356)
(+/-) Débitos de operações com previdência complementar	2.196	6.334
(+/-) Depósitos de terceiros	(68.093)	20.410
(+/-) Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.707.463	20.503.563
(+/-) Provisões técnicas - previdência complementar	368.779	709.357
(+/-) Provisões para contingências	(423.388)	(8.197)
(+/-) Outros passivos	(3.305)	-
<b>Variação nas Operações</b>	<b>2.462.938</b>	<b>2.472.937</b>
(-) Juros pagos	(299)	(77)
(+) Juros recebidos	160.894	96.605
(-) Impostos sobre lucros pagos	(1.104.043)	(1.063.491)
<b>Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>1.516.590</b>	<b>1.505.975</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(-) Pagamento pela Compra de:		
(+) Imobilizado	(58.091)	(25.009)
(+) Intangível	(22.186)	(6.206)
(-) Intangível	(35.904)	(18.804)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(58.091)</b>	<b>(25.009)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(-) Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.493.151)	(1.465.722)
(-) Pagamento de passivo de arrendamento	(54)	(54)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(1.493.751)</b>	<b>(1.465.776)</b>
Caixa recebida na Incorporação XS2	14.071	-
<b>(Redução/Aumento líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(21.180)</b>	<b>15.189</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício</b>	<b>195.083</b>	<b>179.894</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício</b>	<b>173.903</b>	<b>195.083</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023		NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>177.884.335</b>	<b>157.380.810</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE</b>		<b>177.884.335</b>	<b>156.977.382</b>
Disponível		173.903	195.083	Contas a pagar		1.094.202	673.027
Caixa e bancos		173.903	195.083	Obrigações a pagar	12	742.022	485.037
<b>Aplicações</b>	5	<b>176.287.005</b>	<b>156.592.496</b>	Impostos e encargos sociais a recolher		73.738	58.259
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>208.255</b>	<b>81.390</b>	Encargos trabalhistas		8.378	566
Prêmios a receber	6.1	208.190	80.156	Impostos e contribuições	12	237.822	87.484
Operações com seguradoras		65	1.092	Outras contas a pagar	12	32.242	41.681
Operações com resseguradoras		-	142	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>193.167</b>	<b>161.688</b>
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>		<b>143</b>	<b>217</b>	Prêmios a restituir		7.907	443
Valores a receber		143	217	Operações com seguradoras		4	4
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>744</b>	<b>1.061</b>	Corretores de seguros e resseguros	13.1	88.114	14.445
<b>Ativos de resseguro</b>		<b>-</b>	<b>408</b>	Outros débitos operacionais	13.2	97.142	146.796
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>351.124</b>	<b>247.942</b>	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>19.787</b>	<b>17.590</b>
Títulos tributários e previdenciários	7.1	289.535	243.671	Contribuições a restituir		2.402	2.907
Créditos tributários e previdenciários	7.2	59.093	1.586	Outros débitos operacionais - Previdência	13.2	17.385	14.683
Outros créditos		2.496	2.685	<b>Depósitos de terceiros</b>	18	<b>136.338</b>	<b>159.030</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>9.615</b>	<b>3.246</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	14	<b>166.618.223</b>	<b>146.733.464</b>
<b>Custos de aquisições diferidos</b>	8	<b>853.546</b>	<b>258.967</b>	Pessoas		3.278.767	1.004.536
Seguros		848.690	253.737	Vida individual		15.027	11.170
Previdência		4.856	5.230	Vida com cobertura de sobrevivência		163.324.429	145.717.758
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.450.941</b>	<b>4.267.886</b>	<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	14	<b>9.596.985</b>	<b>9.232.433</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>9.472.666</b>	<b>4.224.271</b>	Planos não bloqueados		713.708	696.962
<b>Aplicações</b>	5	<b>6.982.684</b>	<b>2.662.350</b>	PGBL/PRGP		8.883.277	8.535.471
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>537.057</b>	<b>1.032.428</b>	<b>Débitos diversos</b>	17	<b>1.277</b>	<b>150</b>
Créditos tributários e previdenciários	7.2	356.552	165.878	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.323.282</b>	<b>2.030.956</b>
Depósitos judiciais e fiscais	7.9	180.505	866.550	Contas a pagar		-	2.976
<b>Outros valores e bens</b>	9.1	<b>11.430</b>	<b>9.152</b>	Tributos diferidos	7.2.1	-	2.976
<b>Empréstimos e depósitos compulsórios</b>		<b>1.502</b>	<b>1.380</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	14	<b>5.085.369</b>	<b>1.139.456</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	8	<b>1.939.993</b>	<b>518.961</b>	Pessoas		5.084.054	1.137.382
Seguros		1.938.206	517.279	Vida individual		1.304	2.074
Previdência		1.787	1.682	Vida com cobertura de sobrevivência		11	-
<b>Imobilizado</b>	10.1	<b>27.355</b>	<b>11.698</b>	<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	14	<b>12.094</b>	<b>12.893</b>
Bens móveis		12.167	6.059	Planos não bloqueados		12.094	12.893
Outras imobilizações		15.188	5.639	<b>Outros débitos</b>		<b>212.737</b>	<b>863.029</b>
<b>Intangível</b>	11	<b>5.950.920</b>	<b>31.917</b>	Provisões judiciais	19	212.737	863.029
Outros intangíveis		5.950.920	31.917	<b>Débitos diversos</b>	17	<b>13.092</b>	<b>12.692</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>193.335.276</b>	<b>161.648.696</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	21	<b>10.352.015</b>	<b>2.640.358</b>
				Capital social	21.1	9.063.650	1.263.650
				Reservas de lucros	21.2	1.644.225	1.340.147
				Ajustes com títulos e valores mobiliários		(355.860)	35.561
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>193.335.276</b>	<b>161.648.696</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>1.263.650</b>	<b>1.084.513</b>	<b>(98.653)</b>	<b>-</b>	<b>2.249.510</b>
Dividendos complementares - AGE de 30.03.2023					

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

★ continuação

**2.6.2 Mensuração**  
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:  
• Títulos públicos: com base no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;  
• Ações: com base nos preços de fechamento divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas;  
• Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário, notas promissórias e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera as taxas disponibilizadas para a ANBIMA ou fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor;  
• Operações compromissadas são precificadas pela taxa contratada e possuem um prazo de um dia; e  
• Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**2.6.3 Teste de Somente Pagamentos de Principal e Juros (SPPI)**  
Baseia-se na avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, conhecido como o teste de "Somente Pagamentos de Principal e Juros" (SPPI) e na avaliação do Modelo de Negócio para a gestão de ativos financeiros. O Teste é necessário pois em conjunto com a definição do modelo de negócio serve para a classificação do instrumento. Todos os títulos da Companhia que eram classificados conforme CPC 38 (IAS 39) nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento passaram pelo teste de SPPI.

**2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
A IFRS 9 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a VJORA. Além da classificação e mensuração, a norma possui a abordagem geral e simplificada para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro. A Companhia possui ativos de investimentos em títulos de dívida mensurados pelo custo amortizado ou a VJORA e, portanto, se enquadra na abordagem geral. Na abordagem geral as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:  
• Estágio 1: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas no estágio 1. Cálculo das perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses;  
• Estágio 2: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e  
• Estágio 3: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro. A perda esperada (ECL) de qualquer transação é definida como: ECL = EAD \* PD \* LGD.  
EAD (*Exposure at time of default*) - é a Exposição Financeira no momento do default.  
PD (*Probability of Default*) - Mensura a perda esperada de acordo com os riscos do ativo em determinado período. Existem, essencialmente, duas abordagens possíveis para a calibração da PD.  
LGD (*Loss Given Default*) - A LGD de uma transação pode ser quantificada como "1 menos a taxa de recuperação", ou seja, a LGD quantifica a parcela da porção de uma perda da Companhia. A estimativa de tais perdas não é direta porque as taxas de recuperação dependem de muitos fatores, como a qualidade das garantias (ações, títulos, hipoteca etc.) ou da senioridade da dívida em relação a outros credores.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros do Grupo, exceto para os títulos públicos brasileiros onde a Administração entende que não há risco de perda, pois trata-se de risco soberano. Como todos os ativos mensurados a VJORA ou a custo amortizado da carteira são títulos públicos, não houve perda esperada futura reconhecida nas demonstrações financeiras.

**2.6.5 Instrumentos financeiros derivativos**  
A utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros ou à síntese de posições do mercado à vista, sempre observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente.  
O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e pelos gestores dos fundos de investimentos, de acordo com os objetivos de rentabilidade, dos regulamentos, e da legislação aplicável.  
O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos. Segundo a regulamentação vigente toda operação neste instrumento financeiro deve ter garantia de contraparte central.

**2.7 Crédito das operações de seguros e previdência**  
Esses ativos financeiros são representados pelos prêmios a receber de seguros, valores a receber de previdência e sinistros a recuperar de cossseguros cedidos e com resseguradores. São contabilizados pelo custo amortizado e possuem perda por valor recuperável registradas através de metodologia denominada "matriz de provisão", que será melhor descrita abaixo.

**2.8 Impairment**  
**2.8.1 Operações de seguros e resseguros**  
A Circular n° 678/22 regulamentou a redução ao valor recuperável em relação à Prêmios a Receber. A redução ao valor recuperável deverá ser constituída:  
• preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou  
• a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.  
A Companhia desenvolveu um estudo a partir da experiência de perda histórica das carteiras, optando pela segregação dos prêmios em aberto por ramo SUSEP e modalidade de pagamentos: Pagamento Único, Pagamento Mensal e Pagamento Anual. Ao observar que a possibilidade de recuperação do prêmio após 60 dias de atraso é praticamente nula, estabeleceu esta faixa como o "limite de default". Para as demais faixas, a Companhia calcula a probabilidade de perda de acordo com esse limite e o quanto os saldos de prêmio em aberto representam deste "limite de default".  
• Como o saldo dos ativos de resseguro é zero, não houve impacto na constituição de impairment para estas rubricas.

**2.8.2 Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos não financeiros, substancialmente compostos por intangível com vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são avaliados ao fim de cada período de balanço se há indicativo de impairment. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.  
A Companhia avaliou os seguintes indicativos:  
• Não foi observado que o valor do ativo direito devesse ser reduzido com o passar do tempo, além da redução pela amortização contabilizada mensalmente, de maneira linear.  
• Não houve no período nem ocorrerá em futuro próximo mudanças significativas com efeito adverso sobre a Companhia, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.  
• Não houve no período nem deve ocorrer no futuro próximo, mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Companhia, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida.

A Companhia concluiu que não existe necessidade de um teste de impairment.  
**2.9 Operações de Arrendamento**  
As operações de arrendamento são reconhecidas de acordo com a IFRS 16 (CPC 06 (R2)), que requer que a Companhia reconheça os ativos e passivos de arrendamento em seu balanço patrimonial.  
Os contratos de arrendamento são reconhecidos para contratos com prazo superior a 12 meses. No início do contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.  
Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) são mensurados inicialmente pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos.  
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento da Companhia. Tal taxa é obtida através de cotação de empréstimos com garantia em imóveis junto a instituições bancárias. Os financiamentos utilizados como referência possuem prazos e saldos similares aos do arrendamento.

**2.10 Imobilizado e intangível**  
O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção ou produção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.  
A depreciação começa quando o ativo está disponível para uso e é calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo, que varia conforme a natureza do mesmo, conforme abaixo:  
• Máquinas e Equipamentos: 10 anos  
• Móveis e Utensílios: 10 anos  
• Veículos: 5 anos  
• Benfeitorias em imóveis de terceiros: De acordo com contrato  
Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.  
O intangível refere-se principalmente à aquisição do direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização pelo grupo XS1 dos ramos de seguros de vida, prestamista e previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal.

O custo de aquisição inclui todos os gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Enquanto os softwares são amortizados em 5 anos, o direito de uso do balcão da Caixa segue o prazo contratual de 25 anos.  
**2.11 Provisões técnicas**  
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.  
A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC visa assegurar os compromissos assumidos pela Companhia com seus participantes enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É constituída pelas contribuições e aportes realizados pelo participante nos planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos ativos garantidores, nos termos da legislação vigente.  
A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC representa o valor atual dos benefícios pagos em forma de renda cujo evento gerador já tenha ocorrido, o cálculo da provisão é definido por produto.  
A Provisão de Excedente Financeiro - PEF é constituída para os planos com previsão de distribuição de excedente financeiro e consiste na diferença positiva entre a rentabilidade das aplicações financeiras do ativo garantidor da reserva matemática em relação aos saldos de PMBaC ou PMBC, a depender da fase prevista para distribuição da PEF. As regras de aplicação estão descritas na nota técnica aprovada para cada plano.  
A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR é constituída pelos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativo a cobertura por sobrevivência.  
A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco a decorrer, para produtos com regime financeiro de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos vigentes de contratos emitidos até a data do fechamento contábil de referência do balanço. Adicionalmente, inclui-se a parcela referente aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE) da PPNG, calculada por meio da metodologia Chain-Ladder, a partir dos prêmios comerciais.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída para a cobertura dos valores estimados para arcar com os pagamentos futuros de indenizações dos sinistros avisados e pendentes de pagamento até a data do balanço, assim como rendas vencidas e rendas a vencer de ações judiciais cujos saldos ultrapassem os montantes já concedidos. A PSL abrange sinistros administrativos e judiciais, e é acrescida de atualização monetária nos termos da legislação e juros, no caso de sinistros judiciais. A PSL Judicial é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por risco de perda, que leva em consideração o histórico de perdas passadas.  
O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNeR é constituído como uma parcela da PSL. É um ajuste agregado dos sinistros avisados e não pagos quando não é possível a reavaliação de cada sinistro individualmente.  
A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, conforme método de Chain-Ladder com observações de 36 meses para os produtos de vida e previdência e 40 meses para os produtos do prestamista.  
A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros ocorridos, sejam eles avisados ou não, relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da projeção de despesas individuais relacionadas à regulação de sinistros.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é constituída para pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização e benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência do sinistro. A estimativa da provisão é obtida através da projeção de despesas individuais relacionadas à regulação e concessão de sinistros e benefícios.  
A Provisão Complementar de Cobertura - PCC é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos - TAP.

**2.11.1 Tábuas**  
No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas, taxas de carregamento e taxa de juros dos principais produtos vigentes em 31 de dezembro de 2024:

Produto	Tábua	Taxas de carregamento	Taxas de juros
PCBL/VGBL (Sobrevida)	AT-83/AT-2000/BR-EMS	0% a 1,5%	0% a 6%
Previdência (Risco)	CSO-58	8% a 30%	4% a 6%
Vida Individual (Risco)	CSO-58	30%	4%
Eventos Aleatórios	-	30%	0%
Vida em Grupo PF/PJ (Multipremiado, Vida da Gente, Empresarial Global VG)	CSO-80	24%	0%
Vida Mulher	AT-49 Male	24%	0%
Vida (Seguro Proteção Executiva, Microseguro - Seguro Apoio Vida + Futuro)	AT-2000	24%	0%
AP Bilhete	-	18%	0%
Amparo Microseguro	-	33%	0%
Prestamista PF/PJ	AT-2000 Male	72%	0%
Prestamista Microseguro PF/PJ	AT-83 Male	2%	0%

**2.12 Segregação entre circulante e não circulante**  
A classificação dos ativos no circulante se dá quando qualquer um desses critérios são satisfeitos:  
(a) espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade;  
(b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;  
(c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou  
(d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.  
Desta forma, os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são classificados no ativo circulante, independente do vencimento dos papéis, uma vez que são mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados.  
Os passivos, por sua vez, são classificados no circulante quando satisfizerem qualquer dos seguintes critérios:  
(a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;  
(b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;  
(c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço;  
(d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.

**2.13 Avaliação dos ativos e passivos originados de contratos de seguros**  
**2.13.1 Custos de aquisição diferidos**  
Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que são diretamente relacionados a comercialização dos contratos, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Estes valores são amortizados segundo o período do contrato para as coberturas de riscos e de acordo com o prazo médio de permanência das contribuições para as coberturas de sobrevida.  
O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2024 para carteira de vida era de 33 meses e para prestamista era de 87 meses (12 e 101 meses, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). O prazo de permanência dos contratos para as coberturas de sobrevida em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 era de 69 meses. Impactado principalmente pela Incorporação da XS2 Vida e Previdência S.A. que incrementou o prazo médio das carteiras de vida e prestamista.  
A Companhia demonstra na comissão de coretagem a remuneração a ser paga à corretora de seguros responsável pela intermediação e o assessoramento na venda e pós-venda dos Produtos Exclusivos.

Os valores a serem pagos à Caixa Econômica Federal ("CAIXA") para a distribuição, venda, oferta e pós-venda dos Produtos Exclusivos são demonstrados como "Distribuição CAIXA", e os incentivos financeiros ou qualquer outra forma de incentivo a serem pagos à CAIXA destinadas ao pessoal responsável pelas vendas às agências e correspondentes bancários ou lotéricos são reconhecidos como "Premiações".

**2.13.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)**  
Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia efetuou um Teste de Adequação dos Passivos para todos os contratos que se enquadram na definição de contrato de seguro conforme este CPC e que estejam vigentes na data em que o teste foi conduzido.  
Para esse teste, a Companhia elaborou metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros de obrigações assumidas. Para a determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos/produtos estabelecidos na Circular SUSEP n° 648/21 e alterações. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas à valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP.  
No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. As principais estão descritas a seguir:  
• Estrutura a termo da taxa de juros ("ETTJ"): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IGPM, IPCA, TR e Pré-fixado, conforme divulgado pela SUSEP e ANBIMA;  
• Sinistralidade: para estimativa de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021. Para estimativa dos sinistros decorrentes de custos cujos fluxos não utilizem tábuas biométricas, foram apuradas sinistralidades para cada produto com base no histórico observado dos últimos 5 anos, conforme tabela abaixo:

Grupo TAP	Cód. Produto	Sinistralidade	Grupo TAP	Cód. Produto	Sinistralidade
PREST	F 7711	Tábua	PESCI	F CCIV	43,01%
PREST	F 7712	39,25%	PESCI	F EMPR	15,24%
PREST	F 7713	9,33%	PESCI	F EMVG	5,42%
PREST	F 7725	9,33%	PESCI	F_EXCL	36,54%
PREST	F 7730	24,59%	PESCI	F_EXEC	93,44%
PREST	F 7732	12,96%	PESCI	F MP5A	9,85%
PREST	F_7738	0,00%	PESCI	F MTP3	11,35%
PREST	F 9801	8,56%	PESCI	F MTP5	21,63%
PREST	F_PCOA	Tábua	PESCI	F_MUL3	8,38%
PREST	F_PMCO	24,49%	PESCI	F_MULA	5,46%
PREST	F_PRES	12,96%	PESCI	F_MULH	13,26%
PREST	F_PRMI	8,54%	PESCI	F_SAFL	14,83%
PREST	F_PTEL	24,49%	PESCI	F_SENI	23,03%
PESCI	F APB3	6,51%	PESCI	F_TRAD	186,78%
PESCI	F APBE	12,53%	PESCI	F_VDG3	11,61%
PESCI	F APBI	24,63%	PESCI	F_VDGA	12,18%
PESCI	F APCN	6,02%	PESCI	F_VDGM	17,18%
PESCI	F APMI	12,37%			

• Carregamento/Cancelamento/Resgate/Inadimplência: foram utilizadas as bases históricas observadas de cada item, como taxa de carregamento, cancelamento de plano, resgate total ou parcial, aportes e inadimplência de pagamentos por produto que compõe os grupos do estudo;  
• Receita com taxa de Gestão: a estimativa da taxa de gestão foi obtida considerando a média da relação histórica anual das taxas de administração por fundo e data de entrada sobre o saldo da provisão matemática de beneficiários a conceder;  
• Despesas administrativas: obtida considerando a média da relação histórica anual das despesas operacionais sobre o prêmio emitido;  
• Despesas operacionais: obtida considerando a média da relação histórica anual das despesas operacionais sobre o prêmio emitido;  
• Despesas com tributos: a estimativa das despesas com tributos foi obtida através da aplicação dos tributos vigentes de acordo com os percentuais e regras de cálculo;  
• Despesas de comercialização: foi obtida considerando o cenário de *run-off*. Para os produtos que consideram remuneração ao longo da emissão de prêmios periódicos serão aplicados os percentuais estabelecidos por produto nos fluxos de prêmios projetados; e  
• Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro. Atualmente a Companhia não possui saldo de ativo de resseguro.

Hipóteses e pressupostos utilizados na elaboração do TAP:  
• Taxa de juros: Para as projeções foram considerados nos fluxos os juros pactuados nos contratos.  
• Lei de Pagamento de Sinistros: Como o modelo de projeção utilizado gera em seus fluxos apenas os valores de sinistro em seu tempo de ocorrência, não considerando os processos de regulação de sinistros, foi aplicada uma conversão desses fluxos. Para essa conversão foi criada uma Lei de Pagamentos com base na experiência da Companhia, traduzida num triângulo de *run-off* de ocorrência x pagamento com base na experiência de cada grupo analisado.  
• Lei de Resgate/Total/Parcial e Penalidades: As leis de resgates foram definidas através de um estudo realizado internamente, por tipo de produto. As penalidades dos resgates, que estão estabelecidas nas condições gerais, são definidas por produto/aplicação e estão inseridas no modelo.  
• Lei de Conversão em Renda: A lei de conversão em renda é definida através de metodologia descrita em NTA própria, estimando a proporção de aplicações dos produtos de sobrevivência que se convertem em benefício ao final da vigência.  
• Como conclusão dos testes realizados à data-base de 31 de dezembro de 2024, observamos insuficiência em alguns grupos. A referida insuficiência foi compensada considerando o agrupamento de ramos determinado pelos artigos 43 e 44 da Circular SUSEP n° 648/21 e alterações subsequentes, de tal maneira que, após a compensação obrigatória, não houve necessidade de constituição de PCC, conforme as tabelas abaixo (em R\$ milhares).

Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
PGBL	8.499.396	(8.495.952)	3.444
VGBL	162.750.202	(162.682.518)	67.684
Tradicional	354.863	(316.235)	38.628
Total	171.604.397	(171.494.704)	-

Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
Vida	151	(136)	16

Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
PGBL	265.358	(194.055)	71.303
VGBL	123.867	(86.487)	37.380
Tradicional	334.929	(354.391)	(19.462)
Vida	444	(483)	(40)
PRI	95.290	(69.278)	26.012
VRI	11.154	(8.942)	2.212
Total	831.041	(713.636)	-

Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
GP	91	(50)	41
Tradicional	11.887	(4.996)	6.891
Vida (Individual)	5.495	(2.528)	2.968
Vida	995.099	(247.137)	747.962
Prestamista	3.953.369	(2.739.273)	1.214.096
Total	4.965.675	(2.993.973)	-

Produto	PCC PMBaC	PCC PPNG
PGBL	237	-
Tradicional	378	365.666
VGBL	3.508	-
Vida (Individual)	-	322.274
Vida	-	1.125.429
Prestamista	-	44.810
Total	-	-

**2.14 Outras provisões, ativos e passivos contingentes**  
Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certo a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa. A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. Os passivos contingentes classificados com o risco possível de perda não são contabilizados, porém apenas divulgados em notas explicativas, exceto as causas cíveis relacionadas a sinistros e benefícios.  
Estas são provisionadas considerando percentual de perda desenvolvido através de estudo estatístico utilizando a base histórica de processos da companhia. Este percentual é atualizado a cada data de balanço. Os percentuais utilizados nesta data-base foram: Provável 90%, Possível 60%, e Remoto 30%.  
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a SELIC.

**2.15 Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 milhões anuais.  
A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.  
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.  
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.  
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis**  
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.  
As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.  
• Notas 2.11 e 2.13.2 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;  
• Nota 5 - Aplicações;  
• Nota 2.14 - Outras provisões, ativos e passivos contingentes; e  
• Nota 19 - Depósitos judiciais e fiscais e provisões judiciais.

**4. Gestão de riscos**  
O processo de gestão de riscos da Companhia tem como finalidade proporcionar insumos que possam auxiliar o alcance dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas. O risco tem como definição, a possibilidade da variação do resultado em relação aos objetivos definidos. Para a gestão dos riscos, os principais atores são o Conselho de Administração, o Comitê de Riscos, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva.  
Dentro desse contexto, o programa de gestão de riscos da Companhia está estruturado sob o conceito do Modelo das Três Linhas, segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*):  
• 1ª Linha - as Unidades de negócio são as primeiras a gerenciar os riscos, por terem o primeiro contato na operação, a escolha por aceitar ou evitar o risco passa pelos controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade com as políticas vigentes, legislações aplicáveis e o apetite a risco em vigor;  
• 2ª Linha - apoia a 1ª linha de defesa para que os controles sejam apropriadamente desenvolvidos e postos em prática e que opere conforme planejado. Os papéis adotados pela 2ª linha incluem monitoramento, orientação, testes, análises e reportes sobre a gestão de riscos. Fornece análises e reporta sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos e do controle interno sempre de forma independente e complementar; e  
• 3ª Linha - os auditores internos fornecem aos órgãos de governança e à alta administração avaliações abrangentes, considerando a atuação da 1ª e da 2ª linha, baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização.  
A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e procedimentos definidos em Solvência II. Com o objetivo de evitar com que os planos traçados pela administração da Companhia não sejam alcançados, a primeira etapa do processo de gestão de riscos é a identificação de possíveis fragilidades nos processos e operações. A identificação é realizada com a participação de todas as pessoas envolvidas nos processos da empresa, independentemente do nível.  
Outra etapa importante do processo, após a identificação dos riscos, é a análise qualitativa e quantitativa, visando à definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Essa etapa inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.  
Identificar e classificar os riscos são os principais aspectos para dar início a criação dos planos de ação que serão adotados, sempre alinhados ao apetite a riscos vigente.  
O passo seguinte será o tratamento dos riscos, posteriormente à etapa de avaliação, é a definição e o tratamento que será dado aos riscos e como devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se as possibilidades de evitar, mitigar, transferir e/ou compartilhar ou aceitar o risco identificado.  
A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: concentração de riscos, risco de subscrição, risco de ALM e liquidez, risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de sustentabilidade e risco legal.  
As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação de risco.

**4.1 Risco de Subscrição**  
O risco de subscrição é caracterizado pela possibilidade de perdas que divergem das expectativas da Companhia, estando diretamente ou indiretamente relacionadas às bases técnicas empregadas no cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. Além disso, inclui o risco de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou do uso de premissas inadequadas no processo de tomada de decisão.  
A Companhia opera em todo o território nacional, com sua exposição devidamente distribuída conforme o quadro apresentado a seguir. Esse quadro ilustra a concentração de risco por região e por segmento, tomando como base os prêmios emitidos e as contribuições previdenciárias registradas no período analisado.

continua ★



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

\*continuação

**a. Bruto e líquido de Resseguro**

Região geográfica	Vida	Prestamista	Previdência	Acidentes Pessoais	Demais Ramos	31/12/2024	
						Total	Proporção de região
Sudeste	643.893	369.354	12.589.956	48.707	49.152	13.701.062	47%
Sul	297.449	170.625	5.815.977	22.500	22.706	6.329.257	22%
Nordeste	227.529	130.517	4.448.844	17.211	17.368	4.841.469	17%
Centro Oeste	122.054	70.014	2.386.508	9.233	9.317	2.597.126	9%
Norte	66.202	37.975	1.294.447	5.008	5.054	1.408.686	5%
<b>Total</b>	<b>1.357.127</b>	<b>778.485</b>	<b>26.535.732</b>	<b>102.659</b>	<b>103.597</b>	<b>28.877.600</b>	<b>100%</b>

  

Região geográfica	Vida	Prestamista	Previdência	Acidentes Pessoais	Demais Ramos	31/12/2023	
						Total	Proporção de região
Sudeste	565.524	(25.348)	12.421.660	28.305	52.232	13.042.373	49%
Sul	266.608	(11.951)	5.856.008	13.344	24.624	6.148.633	23%
Nordeste	177.615	(7.962)	3.901.284	8.890	16.404	4.096.231	15%
Centro Oeste	102.641	(4.601)	2.254.495	5.137	9.480	2.367.152	9%
Norte	45.284	(2.030)	994.654	2.266	4.182	1.044.356	4%
<b>Total</b>	<b>1.157.672</b>	<b>(51.892)</b>	<b>25.428.101</b>	<b>57.942</b>	<b>106.922</b>	<b>26.698.745</b>	<b>100%</b>

a) Em 2023 havia ainda um líquido de resseguro no total de R\$ 26.697.138.  
A Política de Subscrição é o principal instrumento para definir os limites de aceitação de riscos, abrangendo todos os ramos de seguros operados na Companhia. Para garantir a viabilidade dos produtos, são realizados estudos que consideram a experiência histórica e premissas atuariais compatíveis com as características idealizadas para cada produto. A estratégia de subscrição busca diversificar as operações de seguros e previdência, assegurando o balanceamento da carteira. Essa abordagem baseia-se no agrupamento de riscos com características semelhantes, de forma a minimizar o impacto de eventos isolados.  
Cada produto é submetido a uma avaliação individual, com projeções realizadas para verificar a aderência dos resultados aos níveis de apetite a risco da Companhia. Dessa forma, os produtos devem estar alinhados aos níveis esperados de retorno e risco, garantindo a sustentabilidade do portfólio.  
Além disso, a Companhia emprega técnicas específicas para avaliar a razoabilidade das provisões técnicas, assegurando que as premissas e os procedimentos de cálculo estejam adequados e livres de falhas significativas. Entre as principais práticas adotadas destacam-se os testes de consistência, a análise de variação de saldos e a relação entre as provisões, o volume de produção e a tendência na frequência de sinistros, visando uma visão prospectiva e preventiva.  
A evolução das provisões de sinistros contabilizadas está detalhada na Nota 16. Onde é possível verificar o desenvolvimento dos sinistros ocorridos até a data-base em relação às respectivas provisões contabilizadas nos exercícios anteriores.

**4.1.2 Programa de Resseguro**

O programa de resseguro da Companhia cobre todas as suas carteiras de riscos, com exceção da previdência, onde apenas benefícios de risco são ressegurados (pecúlio por morte, pensões e renda por invalidez). A estratégia inclui dois tipos de cobertura não-proporcional: a) para limitar perdas individuais significativas (contrato por morte) e outra para perdas coletivas de eventos específicos de grande escala (contrato catastrófico). A empresa segue rigorosamente o ambiente regulatório e as diretrizes da Política de Resseguro em todos os contratos, adotando uma abordagem prudente e conservadora para gestão de risco. A Política de Subscrição complementa essa estratégia ao proteger o segurador contra riscos financeiros e de imagem, priorizando a retenção de prêmios através da definição cuidadosa dos parâmetros de retenção e cessão de resseguro antes do início dos contratos. Durante o ano de 2023, foram realizados estudos para avaliar a conformidade do programa, com os objetivos definidos na política de resseguro da Companhia. Com base nos resultados apurados através de análises e embasamentos estatísticos, e simulação de cenários extremos, foi aprovado a não renovação do contrato de resseguro a partir de 01/01/2024.

**4.1.2 Teste de Sensibilidade**

As análises de sensibilidade indicam um índice de mudança razoável esperada pela Administração para as premissas selecionadas. A coluna sensibilidade apresentada pela Companhia foi elaborada com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado líquido dos efeitos tributários. A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado líquido dos efeitos tributários.

Sensibilidade	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sobrevivência +10%	(60)	(60)	(62)	(62)
Sobrevivência -10%	60	60	62	62
Mortalidade/Sinistralidade +5%	38.537	38.557	28.103	28.061
Mortalidade/Sinistralidade -5%	(38.537)	(38.557)	(28.103)	(28.061)

a) O teste de sensibilidade não menciona os ativos de PGBL/VGBL;  
b) O teste referente à sobrevivência considera choques de 10% para cima e para baixo. A metodologia aplicada é dividida em duas vertentes, sendo elas o impacto da sensibilidade no montante de benefícios pagos a participantes com reserva 0 e o impacto na reversão da reserva de sobrevivência vitalícia para o resultado do Grupo;  
c) O teste referente mortalidade/sinistralidade, considera choques de 5% para cima e para baixo e considera o resultado antes dos impostos do período apresentado;

**4.2 Risco de crédito**

O risco de crédito se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. A exposição da Companhia ao risco de crédito refere-se a:  
i) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; ii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iii) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; e iv) montantes referentes a empréstimos e recebíveis.  
Para os ativos financeiros, existem critérios que determinam os limites de exposição, faixas de ratings permitidas e os critérios qualitativos necessários para que o ativo possa fazer parte da carteira de investimentos, tais determinações estão presentes na Política de Investimentos vigente. Os ratings são apresentados com base na determinação de ratings das maiores agências de ratings mundiais e são todos apresentados em escala nacional. O valor contábil representa a exposição máxima do risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de contraparte era:

Composição dos Ativos	31/12/2024							Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	
Caixa e Bancos	173.903	-	-	-	-	-	-	173.903
Ativos mensurados ao VJR	15.197.938	162.499	134.112	102.964	206.756	2.016	631	16.697.206
Ações	490.174	162.499	134.112	8.785	48.166	2.016	631	803.273
Debêntures	2.603.221	-	-	-	-	-	-	2.603.221
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	2.859.408
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	100.234.164
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	29.055.067
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	16.706.972
Créditos Bancários - CDB/CCB	463.979	-	94.179	-	-	-	-	558.158
Letras Financeiras	11.640.564	-	-	-	158.590	-	-	11.799.154
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	8.626.402
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(50.678)
<b>Ativos mensurados ao VJORA</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	1.746.556
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	4.012.969
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	3.449.037
<b>Ativos mensurados ao custo amortizado</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	633.687
<b>Prêmios e valores a receber</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>	<b>208.333</b>
<b>Operações com seguradoras</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>	<b>292.031</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>15.371.841</b>	<b>162.499</b>	<b>134.112</b>	<b>102.964</b>	<b>206.756</b>	<b>2.016</b>	<b>631</b>	<b>16.697.206</b>

Composição dos Ativos	31/12/2023							Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	
Caixa e Bancos	195.076	-	-	-	-	-	-	195.076
Ativos mensurados ao VJR	8.375.984	3.792.701	246.066	95.264	6.521.983	1.335	2.446	13.975.997
Ações	611.018	188.520	143.347	12.394	30.892	1.335	2.446	1.006.423
Debêntures	932.714	641.555	-	30.899	-	-	-	1.595.168
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	218.359
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	83.134.369
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	21.431.336
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	31.216.447
Notas Promissórias	23.532	-	-	-	-	-	-	23.532
Créditos Bancários - CDB/CCB	329.095	-	23.705	-	-	-	-	352.800
Letras Financeiras	6.479.625	2.962.626	102.719	28.266	-	-	-	9.606.687
Operações Compromissadas (i)	-	-	-	-	6.491.091	-	-	6.491.091
Outros valores (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(108.919)
<b>Ativos mensurados ao VJORA</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	592.930
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	1.003.566
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	1.704.998
<b>Ativos mensurados ao custo amortizado</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	531.954
<b>Prêmios e valores a receber</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>	<b>80.373</b>
<b>Operações com seguradoras</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>
<b>Operações com resseguradoras</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>142</b>
<b>Ativo de Resseguro</b>	<b>408</b>	<b>408</b>	<b>408</b>	<b>408</b>	<b>408</b>	<b>408</b>	<b>408</b>	<b>408</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>	<b>246.356</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>8.571.060</b>	<b>3.792.701</b>	<b>246.474</b>	<b>95.264</b>	<b>6.521.983</b>	<b>1.335</b>	<b>2.446</b>	<b>13.975.997</b>

(i) As operações compromissadas possuem lastro em títulos públicos.  
(ii) Outros valores incluem tesouraria, contas a pagar e a receber.  
A exposição máxima em instrumentos financeiros derivativos é descrita na Nota 5.4.

**4.3 Risco de liquidez e ALM**

O risco de liquidez se caracteriza pelas possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.  
As Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco têm por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise.  
O gerenciamento do risco é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, os quais foram definidos com base em um estudo que analisou cenários de estresses em premissas de saídas e despesas, além da redução de entradas. Esse processo inclui a avaliação contínua das posições assumidas nos instrumentos financeiros utilizados.  
Os limites são acompanhados mensalmente pela área de riscos e semestralmente é realizada o Comitê de Investimentos com o objetivo de acompanhar, dentre diversos aspectos, o enquadramento dos limites já estabelecidos para a liquidez da Companhia.  
A seguir, estão os vencimentos contratuais do fluxo de ativos e passivos na data da demonstração financeira. Vale destacar que, embora a expectativa de realização dos ativos e passivos esteja concentrada no longo prazo, a maior parte das provisões técnicas, e, por consequência, seus ativos garantidores, podem ser liquidados a qualquer momento. Desta forma, a Companhia classifica a maior parte dos ativos e passivos no circulante, conforme descrito na nota 2.12. *Segregação entre circulante e não circulante.*

	31/12/2024				Total
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	
Fluxo de ativos (i)	25.170.253	140.591.741	20.975.566	186.737.560	267.475.120
Fluxo de passivos (ii)	7.117.181	16.500.398	159.021.724	182.639.303	265.278.606

  

	31/12/2023				Total
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	
Fluxo de ativos (i)	22.012.949	117.738.231	20.805.146	160.556.226	221.112.552
Fluxo de passivos (ii)	4.449.958	9.961.319	143.575.679	157.986.956	216.973.852

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro, custos de aquisição diferidos e títulos e créditos a receber. Esses ativos foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria ativos mensurados ao VJORA, ativos mensurados ao VJR e ativos mensurados ao custo amortizado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienadas para cumprir as necessidades de caixa.  
(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de conta a pagar, débitos das operações com seguros e resseguro, débito das operações com previdência, passivos de arrendamento, débitos diversos e provisões técnicas. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões, o qual considera a expectativa de liberação das provisões, baseado em um cenário de *run-off*. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

**4.4 Risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de alteração numa ou mais taxas de juros, preços de instrumentos financeiros, preços de mercadorias, taxas de câmbio, índices de preços ou índices de crédito, se caracterizando assim como o risco que a Companhia está exposta relacionados aos ativos que possui. Essas flutuações dos mercados financeiros, portanto, causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Companhia.  
O principal instrumento para gestão desse risco é nossa Política de Investimentos, que terá como base as orientações presentes nas resoluções aplicáveis e os objetivos estratégicos da Companhia.  
Há descrito na Declaração de Apetite ao Risco da Companhia qual é o nível máximo de volatilidade que os ativos livres podem estar expostos. O controle para os ativos garantidores é o monitoramento dos limites existente nas resoluções vigentes e o compliance desses ativos com a resolução.  
Cabe ao administrador, custodiante e gestor da carteira dos ativos:  
• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;  
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras preestabelecidas;  
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;  
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (VaR) e de análise de perdas e ganhos (Stress Analysis); e  
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.  
Cabe à primeira linha de defesa de risco da Companhia:  
• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);  
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;  
• Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de VaR;  
• Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reequacionamento dos fundos;  
• Atualizar os limites de risco quando oportuno.  
A tabela apresenta o efeito da taxa de juros sobre o resultado líquido dos efeitos tributários.

Sensibilidade	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1%	(96.234)	(96.234)	(65.721)	(65.721)
Taxa -1%	102.181	102.181	71.510	71.510

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de *duration* e convexidade, considerando o choque de 100 *basis points* para cima e para baixo na precificação dos ativos marcados a mercado.  
b) Não apresentado valores líquidos de resseguro, pois não há saldo contábil e contratos vigentes no período.

**4.4.1 Carteira de Ativos**

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 pontos base para taxa de juros (DV100). Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.  
A mensuração do risco da carteira será medida pelo *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. O VaR será monitorado de acordo com os parâmetros e os limites seguintes:  
• Modelo não-paramétrico;  
• Intervalo de confiança de 99%;  
• Horizonte temporal de um dia; e  
• Volatilidade sob o critério EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*).  
O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	31/12/2024		31/12/2023	
	Value-at-Risk	DV100	Value-at-Risk	DV100
Fundos	2.674	-	308	-
Curva de deságio de LFT	20.706	(2.877.668)	4.499	(2.749.131)
Curva de Juros Pré	84.807	(648.486)	27.809	(138.067)



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

\*continuação

	2023		2022	
	Ativos mensurados ao VJR	Ativos mensurados ao VJORA	Ativos mensurados ao custo amortizado	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>134.005.097</b>	<b>4.147.372</b>	<b>35.863</b>	<b>138.188.332</b>
(+) Aplicações	28.813.590	2.729.295	-	31.542.885
(-) Resgates/Vendas	(23.363.375)	(3.909.478)	-	(27.272.854)
(+/-) Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(90.519)	(2.447)	(92.966)
(-) Recebimento de juros (I)	-	220.331	-	220.331
(+) Rendimentos	16.460.238	204.493	4.387	16.669.118
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>155.915.550</b>	<b>3.301.494</b>	<b>37.802</b>	<b>159.254.846</b>

(I) Recebimento mensal de cupom aplicável aos títulos públicos - Notas do Tesouro Nacional.

**5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**5.3.1 Abertura por hierarquia**

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos mensurados ao VJR</b>	<b>152.444.390</b>	<b>20.983.714</b>	<b>173.428.104</b>	<b>139.056.207</b>
Ações	1.036.236	-	1.036.236	1.155.954
Debêntures	2.603.221	-	2.603.221	1.899.742
Fundos de Investimentos	2.859.408	-	2.859.408	218.359
Letras Financeiras do Tesouro	100.234.164	-	100.234.164	83.134.369
Letras do Tesouro Nacional	29.055.067	-	29.055.067	21.431.336
Notas do Tesouro Nacional	16.706.972	-	16.706.972	31.216.447
Notas Promissórias	-	-	-	23.532
Créditos Bancários - CDB/CCB	-	558.158	-	352.800
Letras Financeiras	-	11.799.154	-	9.606.687
Operações Compromissadas	-	8.626.402	-	6.491.091
Outros valores	(50.678)	-	(50.678)	(108.919)
<b>Ativos mensurados ao VJORA</b>	<b>9.208.562</b>	<b>9.208.562</b>	<b>3.301.494</b>	<b>3.301.494</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.746.556	-	1.746.556	592.930
Letras do Tesouro Nacional	4.012.969	-	4.012.969	1.003.566
Notas do Tesouro Nacional	3.449.037	-	3.449.037	1.704.998
<b>Per centual das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>5,02%</b>	<b>5,02%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>
<b>Ativos mensurados ao custo amortizado</b>	<b>633.687</b>	<b>633.687</b>	<b>531.954</b>	<b>531.954</b>
Notas do Tesouro Nacional	633.687	-	633.687	531.954
<b>Per centual das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>
<b>Total</b>	<b>162.286.639</b>	<b>20.983.714</b>	<b>183.270.353</b>	<b>142.889.655</b>

**5.3.2 Taxas contratadas**

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	Classe	31/12/2024	31/12/2023
Letras do Tesouro Nacional	LTN	Pré 10,19% a 16,23%	Pré 6,37% a 14,00%
Letra Financeira do Tesouro	LFT	SELIC 0,00% a 0,18%	-
Notas do Tesouro Nacional	NTN	IPCA 5,10% a 7,49% IGPM 5,94% a 6,14%	IPCA 5,10% a 7,49%

Depósitos Bancários - CDB/CCB

Título	Classe	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários - CDB/CCB	CCB	Pré 10,49% a 16,18%	Pré 10,49% a 11,39%
Debêntures	DEB	CDI+ 0,48%	CDI+ 0,48%
Notas Promissórias	NP	CDI+ 1,31%	CDI+ 0,80%
Letras Financeiras	LF	CDI+ 0,58%	CDI+ 0,41%

Os demais papéis dos fundos exclusivos são Letras Financeiras do Tesouro Nacional e operações compromissadas, as quais seguem uma taxa flutuante de mercado que tem como base a taxa Selic que em 31 de dezembro de 2024 era de 12,25% e 31 de dezembro de 2023 era de 11,75% a.a..

**5.4 Instrumentos financeiros derivativos**

A exposição máxima em instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 era de:

	31/12/2024	31/12/2023	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos	Vencimento
<b>DI - Compromissos/Compra</b>						
Valor de referência	29.162.447	23.225.579	-	28.337.847	824.600	
Valor justo	29.162.447	23.225.579	-	28.337.847	824.600	
Resultado acumulado	2.009.745	547.345	(14.607)	1.879.937	144.415	
<b>DI - Compromissos/Venda</b>						
Valor de referência	655.018	3.331	617.383	37.635	-	
Valor justo	655.018	3.331	617.383	37.635	-	
Resultado acumulado	(28.021)	11.655	(7.418)	(22.092)	1.489	

**5.5 Análise de sensibilidade**

**5.5.1 Carteira de derivativos**

A carteira de investimentos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros. A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

Descrição	31/12/2024			
	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(28.208.785)	(29.956.535)	(31.282.995)
<b>Total</b>		<b>(28.208.785)</b>	<b>(29.956.535)</b>	<b>(31.282.995)</b>

Descrição	31/12/2023			
	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(20.087.788)	(20.897.865)	(21.821.934)
<b>Total</b>		<b>(20.087.788)</b>	<b>(20.897.865)</b>	<b>(21.821.934)</b>

**6. Créditos das operações com seguros e resseguros**

**6.1 Prêmios a receber**

**6.1.1 Composição de prêmios a receber**

Ramo	31/12/2024		31/12/2023	
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito
Vida	105.633	(460)	105.173	(298)
Prestamista	92.337	(4.960)	87.377	(3.401)
Acidentes Pessoais	13.531	(5.916)	7.615	(2.807)
Demais ramos	8.249	(224)	8.025	(94)
<b>Total</b>	<b>219.750</b>	<b>(11.560)</b>	<b>208.190</b>	<b>(6.600)</b>

**6.1.2 Movimentação dos prêmios a receber**

	2024		2023	
	Saldo inicial em 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro	Saldo inicial em 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro
Prêmios emitidos (nota 26.1)	90.156	25.750	2.472.813	1.327.800
Prêmios cancelados (nota 26.1)	-	-	(8.143)	(5.244)
Recebimentos	(2.472.425)	(1.324.001)	(2.472.425)	(1.324.001)
Prêmios de RVNE (nota 26.1)	9.186	56.280	9.186	56.280
Incorporação XS2	126.301	-	126.301	-
<b>Saldo</b>	<b>207.888</b>	<b>80.585</b>	<b>207.888</b>	<b>80.585</b>
(+/-) Constituição/(reversão) de redução ao valor recuperável	302	(429)	302	(429)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>208.190</b>	<b>80.156</b>	<b>208.190</b>	<b>80.156</b>

**6.1.3 Faixas de vencimento**

Prêmios a vencer	31/12/2024		31/12/2023	
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito
De 1 a 60 dias (I)	207.484	(2.425)	205.059	(1.979)
<b>Prêmios Vencidos</b>				
De 1 a 60 dias	4.708	(1.577)	2.402	(724)
De 61 a 120 dias	658	(658)	83	(83)
De 121 a 180 dias	1.087	(1.087)	52	(52)
De 181 a 365 dias	1.775	(1.775)	1.068	(1.068)
Acima de 365 dias	4.038	(4.038)	2.694	(2.694)
<b>Total</b>	<b>219.750</b>	<b>(11.560)</b>	<b>208.190</b>	<b>(6.600)</b>

(I) Os Prêmios Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE estão alocados na faixa "Prêmios a vencer - De 1 a 60 dias", o montante em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 173.553 (sendo R\$ 92.183 da incorporação XS2).

A Companhia não parcela o recebimento do prêmio na comercialização dos seguros de vida, prestamista e produtos de previdência e, portanto, não possui valores relacionados a adicional de fracionamento em suas movimentações. Os prêmios são emitidos nas modalidades de pagamento único, anual ou mensal.

**7. Títulos e créditos a receber**

**7.1 Composição de títulos e créditos a receber**

	31/12/2024	31/12/2023
Portabilidades, Resgates a Regularizar e outros	127.670	97.174
Taxa de gestão de ativos	147.778	129.247
Créditos a receber - Partes Relacionadas (I)	10.879	8.066
Outros créditos a receber	3.208	9.184
<b>Total</b>	<b>289.535</b>	<b>243.671</b>

(I) Os saldos referem-se a transações com partes relacionadas e foram detalhadas na nota 23.

**7.2 Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos podem ser resumidas como segue:

**7.2.1 Composição dos ativos tributários e passivos diferidos**

Ano de Realização	31/12/2024		31/12/2023	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A compensar	7	25.332	33.303	832
Adições temporárias	18.930	22.371	30.634	37.285
Tributos diferidos - TVM	3.236	85.729	5.393	142.882
<b>Total</b>	<b>22.173</b>	<b>133.432</b>	<b>36.087</b>	<b>213.470</b>

**7.2.2 Expectativa da efetiva realização dos ativos e passivos fiscais diferidos**

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		IRPJ e CSLL diferidos - TVM		Valor Total
	Valor	%	Valor	%	
2023	49.564	45%	8.629	4%	58.193
2024	34.005	31%	38.332	16%	72.337
2025	7.174	7%	34.982	15%	42.156
2026	4.936	5%	6.588	3%	11.524
2027	3.043	3%	35.670	15%	38.713
2028 a 2032	10.498	10%	113.039	48%	123.537
<b>Total</b>	<b>109.220</b>	<b>100%</b>	<b>237.240</b>	<b>100%</b>	<b>346.460</b>

**7.2.3 Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL**

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Contingências tributárias	5.629	(337)	5.292	9.382	(563)	8.819
Provisão judicial - civis e trabalhistas	15.118	1.619	3.002	19.739	25.196	2.698
Provisão para risco de crédito	2.951	789	164	3.904	4.818	1.316
Provisão para participações nos lucros	447	1.601	2.398	4.446	570	2.294
Operações de arrendamento - CPC 06	58	66	317	441	96	110
Outras provisões	25.260	127	(17.908)	7.479	42.099	212
Tributos diferidos - TVM	(9.141)	4.700	93.406	88.965	(15.234)	7.833
<b>Saldo Atual dos Créditos/Debitos Tributários</b>	<b>40.322</b>	<b>8.902</b>	<b>130.266</b>	<b>66.928</b>	<b>14.463</b>	<b>134.802</b>
Reconhecimento no resultado	-	-	81.042	-	20.873	-
Reconhecimento no patrimônio líquido	-	-	(93.405)	-	(155.675)	-

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Contingências tributárias	5.718	(89)	5.629	9.530	(148)	9.382
Provisão judicial - civis e trabalhistas	16.348	(1.230)	15.118	27.246	(2.049)	25.196
Provisão para risco de crédito	2.889	62	2.951	4.718	100	4.818
Provisão para participações nos lucros	495	(49)	447	825	(256)	569
Operações de arrendamento - CPC 06	21	37	58	35	61	96
Outras provisões	29.922	(4.662)	25.260	49.870	(7.770)	42.099
Tributos diferidos - TVM	(24.663)	(33.803)	(9.140)	41.105	(56.339)	(15.234)
<b>Saldo Atual dos Créditos/Debitos Tributários</b>	<b>80.055</b>	<b>(39.734)</b>	<b>40.322</b>	<b>133.329</b>	<b>(66.401)</b>	<b>66.928</b>
Reconhecimento no resultado	-	-	5.930	-	10.062	-
Reconhecimento no patrimônio líquido	-	-	33.803	-	56.339	-

**8. Custos de Aquisição diferidos**

**8.1 Abertura por ramo**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Prestamista	15.868	(4.438)	11.	

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

\* continuação

	31/12/2024	31/12/2023
<b>15. Garantia das provisões técnicas</b>		
<b>Provisões técnicas (A)</b>	181.312.661	157.118.156
<b>Total das exclusões (B)</b>	(174.038.753)	(154.523.901)
(-) Ativos de Resseguro Redutores de PSL e IBNR	-	(408)
(-) Direito creditórios	(30.786)	(2.030)
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(2.286.208)	(512.466)
(-) Depósitos Judiciais	(14.980)	(21.356)
(-) Aplicações em FIEs	(171.698.914)	(153.987.641)
(-) Valores em trânsito redutores	(7.865)	-
<b>Total a ser coberto (A+B) = (C)</b>	<b>7.273.908</b>	<b>2.594.255</b>
<b>Total dos ativos garantidores (D)</b>	<b>11.509.886</b>	<b>5.258.607</b>
Títulos da dívida pública	9.248.516	3.339.296
Quotas de outros fundos financeiros	2.261.370	1.919.311
<b>Suficiência de cobertura (D) - (C)</b>	<b>4.235.978</b>	<b>2.664.352</b>
<b>% Suficiência de cobertura</b>	<b>58,24%</b>	<b>102,70%</b>

**16. Desenvolvimento de sinistros**  
O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo demonstrar a evolução da provisão de sinistros comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

Data de ocorrência	Sinistros brutos de resseguro-Sinistros administrativos e judiciais (I)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano da ocorrência	47.681	58.906	68.478	88.473	95.664	124.491	223.240	144.904	138.948	229.552	229.552
1 ano depois	80.997	98.825	111.066	131.047	133.253	186.157	302.215	200.988	248.263	-	248.263
2 anos depois	85.570	102.630	117.020	134.666	139.850	200.455	315.957	231.446	-	-	231.446
3 anos depois	87.620	103.987	118.332	136.616	143.474	204.698	338.985	-	-	-	338.985
4 anos depois	88.449	104.436	118.894	137.315	144.419	206.163	-	-	-	-	206.163
5 anos depois	88.951	104.741	119.489	137.624	145.277	-	-	-	-	-	145.277
6 anos depois	89.257	104.912	119.756	138.547	-	-	-	-	-	-	138.547
7 anos depois	89.437	105.135	120.708	-	-	-	-	-	-	-	120.708
8 anos depois	89.622	106.091	-	-	-	-	-	-	-	-	106.091
9 anos depois	90.774	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.774
Estimativa corrente	90.774	106.091	120.708	138.547	145.277	206.163	338.985	231.446	248.263	229.552	1.855.807
Pagamentos acumulados até a data base	42.308	49.584	56.478	64.920	68.187	96.732	154.608	102.183	97.155	68.304	800.458
Passivo reconhecido no balanço (II)	48.466	56.507	64.230	73.628	77.090	109.431	184.378	129.262	151.108	161.249	1.055.349

(i) Os valores informados não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.  
(ii) Contempla o passivo incorporado da XS2.

**17. Débitos diversos**  
Os débitos diversos em 31 de dezembro de 2024 são compostos principalmente por passivos de arrendamento no montante de R\$ 14.369 (R\$ 9.537 em 31 de dezembro de 2023).

**17.1 Passivo de arrendamento**  
Em dezembro de 2023, a Companhia assinou novo contrato de arrendamento para sede em São Paulo, com carência de 24 meses nos pagamentos até novembro de 2025. Os pagamentos observados na movimentação a seguir se referem aos imóveis de Alphaville e Brasília.

**17.1.1 Movimentação do passivo de arrendamento**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento líquido	Passivo de arrendamento líquido	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento líquido
Saldo inicial em 1º de janeiro	13.518	(3.981)	9.537	2.072
Constituições/reavaliações de contratos	3.093	(1.258)	1.834	11.576
Pagamentos	(600)	-	(600)	(57)
Pagamentos Juros	(299)	-	(299)	(73)
Apropriação de juros transcorridos	-	1.293	1.293	-
Incorporação XS2	3.775	(1.171)	2.604	-
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>19.487</b>	<b>(5.117)</b>	<b>14.369</b>	<b>(3.981)</b>
Circulante	1.893	(616)	1.277	(172)
Não circulante	17.594	(4.501)	13.092	(3.809)

**17.1.2 Fluxo dos pagamentos de passivo de arrendamento**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Até 1 ano	Mais de 1 ano - Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos de arrendamento	1.893	15.404	2.190	19.487
<b>Total</b>	<b>1.893</b>	<b>15.404</b>	<b>2.190</b>	<b>19.487</b>

**18. Depósitos de terceiros**  
A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Valores a Reclassificar - Previdência	Prêmio e emolumentos recebidos	Total	Valores a Reclassificar - Previdência	Prêmio e emolumentos recebidos	Total
De 1 a 30 dias	121.844	-	121.844	149.557	-	149.557
De 31 a 60 dias	1.162	402	1.564	47	-	47
De 61 a 120 dias	1.890	1.095	2.985	1.023	5	1.028
De 121 a 180 dias	11	3.750	3.761	7	-	7
De 181 a 365 dias	1.341	320	1.661	344	-	344
Acima de 365 dias	1.978	2.545	4.523	7.725	322	8.046
<b>Total</b>	<b>128.226</b>	<b>8.112</b>	<b>136.338</b>	<b>158.703</b>	<b>327</b>	<b>159.029</b>

**19. Depósitos judiciais e fiscais e provisões judiciais**

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Natureza cível	50.320	57.600	131.442	100.750
Natureza trabalhista	452	366	151	35
Natureza fiscal - Obrigações legais	129.733	808.584	81.144	762.243
<b>Totais</b>	<b>180.505</b>	<b>866.550</b>	<b>212.737</b>	<b>863.028</b>

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso, para fins de determinação de risco e provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2024, em todos os processos judiciais fiscais a companhia figurava como "autora" e em todos os processos administrativos fiscais como "ré".

As obrigações legais de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, são atualizados monetariamente, com base na variação da taxa SELIC. As discussões envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

- **A alargamento de base de PIS e COFINS:** Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda por verbas relativas à taxa de gestão e prêmio é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela União para a aplicação do entendimento firmado no precedente do STF (RE 400.479/FL - Axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Referente ao período de 10/2007 a 12/2014 o valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 81.113 (R\$ 77.182 em 31 de dezembro de 2023).
- Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos.
- **A alargamento de base de PIS e COFINS:** Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda relativa as receitas financeiras é remota. O processo encontra-se aguardando o julgamento de recurso de apelação. Período de 02/1999 a 12/2014. Referente ao período de 10/2007 a 12/2014 o valor do depósito judicial atualizado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 48.589 (R\$ 46.137 em 31 de dezembro de 2023).
- A parcela não provisionada de contingências fiscais é composta, principalmente, por processos administrativos decorrentes da não homologação da compensação ou restituição de tributos federais.

No ano de 2024, houve decisões judiciais de trânsito em julgado de ações que a empresa figurava no polo ativo:

- **Majoração da Alíquota de CSLL:** Discutida judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. Em 10/2024 foi proferida a decisão de trânsito em julgado. Essa ação não possuía provisão e o valor discutido em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 96.079;
- **Mandado de Segurança -** Discutida judicialmente a exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indêbitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em 08/2024 foi proferida a decisão de trânsito em julgado. A partir da decisão, a empresa passou a ter o direito de aproveitar os valores pagos indevidamente a partir de 19/08/2016 que em 31 de dezembro 2024 era de R\$ 11.025 (R\$ 8.318 em 31 de dezembro de 2023);
- **Aumento da alíquota de CSLL:** Discutida judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. Em 10/2024 foi proferida a decisão de trânsito em julgado. A provisão foi baixada e os depósitos judiciais foram convertidos em renda para a União no valor de R\$ 719.528 (R\$ 685.031 em 31 de dezembro de 2023).

**19.1 Segregação em função da probabilidade de perda**

	31/12/2024					
	Qtde.	Remota	Qtde	Possível	Qtde	Provável
Natureza cível	3.402	73.414	3.021	46.070	5.252	131.442
Natureza trabalhista	109	6.926	60	9.840	6	151
Natureza fiscal - Contingências	-	-	15	25.612	3	25.612
Natureza fiscal - Obrigações legais	-	-	-	-	-	81.144
<b>Totais</b>	<b>3.511</b>	<b>80.340</b>	<b>3.096</b>	<b>81.522</b>	<b>5.261</b>	<b>212.737</b>

**19.2 Movimentação das provisões judiciais**

	31/12/2023					
	Qtde.	Remota	Qtde	Possível	Qtde	Provável
Natureza cível	2.927	58.587	2.630	30.164	4.146	100.750
Natureza trabalhista	118	4.951	74	11.212	2	35
Natureza fiscal - Contingências	-	-	16	21.259	-	21.259
Natureza fiscal - Obrigações legais	-	-	-	-	5	762.243
<b>Totais</b>	<b>3.045</b>	<b>63.538</b>	<b>2.720</b>	<b>62.635</b>	<b>4.153</b>	<b>863.028</b>

**20. Discriminação das provisões de sinistros/benefícios judiciais**

	31/12/2024					
	Saldo em 1º de janeiro	Adições	Reversões	Pagamentos	Incorporação XS2	Encargos financeiros
Natureza cível	100.750	58.394	(20.938)	(25.243)	10.791	7.687
Natureza trabalhista	35	141	(39)	-	-	13
Natureza fiscal - Obrigações legais	762.243	-	-	(685.031)	-	3.932
<b>Totais</b>	<b>863.029</b>	<b>58.535</b>	<b>(20.977)</b>	<b>(710.274)</b>	<b>10.791</b>	<b>11.631</b>

**21. Patrimônio líquido**

	31/12/2024					
	Saldo em 1º de janeiro	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos financeiros	Saldo em 31 de dezembro
Natureza cível	108.983	44.657	(37.610)	(15.662)	383	100.751
Natureza trabalhista	-	35	-	-	-	35
Natureza fiscal - Obrigações legais	481.523	-	-	-	280.720	762.243
<b>Totais</b>	<b>590.506</b>	<b>44.692</b>	<b>(37.610)</b>	<b>(15.662)</b>	<b>281.103</b>	<b>863.029</b>

**21.1 Capital social**  
O capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, anteriormente representado por 1.314.494.988 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, passa a ser de 5.686.085.465 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, após o aumento de R\$ 7.800.000 no capital social. Esse incremento é decorrente da incorporação da XS2 Vida e Previdência S.A., conforme aprovado em assembleia geral extraordinária em 30 de agosto de 2024, e pela Portaria DIORE/USEP Nº 43.

**21.2 Reservas de lucros**  
a. **Reserva legal:** foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 433.591 (R\$ 273.812 em 31 de dezembro de 2023).  
b. **Reserva de retenção de lucros:** foi constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar a reserva legal e o dividendo mínimo. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.210.634 (R\$ 1.066.335 em 31 de dezembro de 2023).

**21.3 Dividendos**  
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 75% a partir sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	2.195.668	1.588.095
(-) Reserva Legal	(109.783)	(79.405)
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.085.885</b>	<b>1.508.690</b>
Proposta para distribuição do resultado:		
(-) Dividendos propostos	1.564.414	1.131.518
(-) Reserva retenção de lucro	521.471	377.172
Dividendos propostos	1.564.414	1.131.518
(-) Dividendos intercalares pagos	(922.708)	(763.345)
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>641.706</b>	<b>368.173</b>

Durante o exercício foram deliberados e liquidados os dividendos intercalares de 2024 e dividendos complementares do ano anterior. A distribuição do resultado do exercício está registrada na rubrica dividendos a pagar.

**Caixa Vida e Previdência S.A. Dividendos**

Data de deliberação	Pagamento	2024 Valor
12/06/2024	Jul/24	366.697
24/07/2024	Out/24	205.700
03/12/2024	A pagar	568.781
-	A pagar	72.925

**22. Adequação de capital**  
Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações subsequentes, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Companhia apura o Capital de Risco (CR) com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	10.352.015	2.640.358
(-) Despesas Antecipadas	(9.615)	(3.248)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(130.555)	(6.275)
(-) Ativos intangíveis	(5.950.920)	(31.917)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(424.493)	(249.424)
Dif. entre valor mercado e valor dos ativos fin. mantidos até o venc. (+/-)	(361)	4.018
(-) PLA Nível 3	(157.711)	(100.974)
<b>PLA NÍVEL 1 (a)</b>	<b>3.678.360</b>	<b>2.252.540</b>
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	26.357	18.703
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	734.525	416.237
<b>PLA NÍVEL 2 (b)</b>	<b>760.882</b>	<b>434.940</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	157.711	100.974
<b>PLA NÍVEL 3 (c)</b>	<b>157.711</b>	<b>100.974</b>
Soma dos ajustes econômicos	(760.882)	(434.940)
PLA Nível 3	(157.711)	(100.974)
50% CMR	525.703	336.581
Ajustes do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (d)	(392.890)	(199.333)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado Total (PLA) = (a) + (b) + (c) + (d)</b>	<b>4.204.063</b>	<b>2.589.121</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (II)</b>	<b>1.051.406</b>	<b>673.162</b>
Capital de risco de crédito	91.294	91.118
Capital de risco de subscrição	781.517	433.348
Capital de risco de mercado	204.338	154.071
Capital de risco de operação	145.106	125.696
Benefício da correção entre risco	(170.849)	(131.071)
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR) = Maior entre (I) e (II)</b>	<b>1.051.406</b>	<b>673.162</b>
<b>(%) Suficiência de</b>		

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

← continuação

**26. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado**

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

**26.1 Prêmios emitidos**

Ramo	Prêmios diretos emitidos	Prêmios diretos cancelados	Prêmios diretos restituídos	Prêmios de risco vigentes e não emitidos	31/12/2024	31/12/2023
Vida	1.369.612	(3.015)	(16.844)	7.376	1.357.129	1.357.129
Prestamista	891.643	(4)	(113.697)	543	778.485	778.485
Acidentes Pessoais	107.924	(4.896)	(924)	555	102.659	102.659
Previdência	160.785	(1.303)	-	(72)	159.410	159.410
Demais ramos	103.634	(229)	(522)	712	103.595	103.595
<b>Total</b>	<b>2.633.599</b>	<b>(9.447)</b>	<b>(131.988)</b>	<b>9.114</b>	<b>2.501.278</b>	<b>2.501.278</b>

**26.2 Sinistros ocorridos**

Ramo	Prêmios diretos emitidos	Prêmios diretos cancelados	Prêmios diretos restituídos	Prêmios de risco vigentes e não emitidos	31/12/2023	31/12/2024
Vida	1.117.840	(2.737)	(11.118)	53.687	1.157.672	1.157.672
Prestamista	46.404	(29)	(95.769)	(2.498)	(51.892)	(51.892)
Acidentes Pessoais	60.840	(2.424)	(493)	19	57.942	57.942
Previdência	167.811	(1.690)	-	(350)	165.771	165.771
Demais ramos	102.716	(53)	(811)	5.070	106.922	106.922
<b>Total</b>	<b>1.495.611</b>	<b>(6.933)</b>	<b>(108.191)</b>	<b>55.928</b>	<b>1.436.415</b>	<b>1.436.415</b>

Indenizações avisadas (i)  
Despesas com sinistros  
Variação de Sinistros IBNR (i)  
Variação de Despesas Relacionadas do IBNR  
Recuperação de sinistros - Co-seguro  
Serviços de Assistência  
Despesas com Benefícios  
Outros  
**Total**

**26.3 Custos de Aquisição**

	31/12/2024	31/12/2023
Comissão sobre Prêmios Emitidos	(591.752)	(459.848)
Comissão de Performance (i)	(3.750)	67.633
Premiações (ii)	(80.214)	(61.806)
Distribuição CAIXA (ii)	(130.417)	(79.227)
Despesas de Corretagem e Agenciamento	-	(67.869)
Outros	(35.921)	(9.380)
<b>Total</b>	<b>(842.054)</b>	<b>(610.497)</b>

**Custo de Aquisição - previdência**  
**Custo de Aquisição - seguros**  
(i) Refere-se aos valores a título de comissão de performance para os períodos de 2023 e 2025 pagos pela Companhia à Caixa Seguridade S.A. em agosto de 2024, conforme estabelecidas no contrato de distribuição, que versa sobre o direito de exclusividade no uso do Balcão CAIXA, assinado entre a Companhia e a Caixa Seguridade.  
(ii) Representa o valor a ser pago à Caixa Econômica Federal para a distribuição, venda, oferta e pós-venda dos produtos exclusivos da Companhia no Balcão Caixa, incluídos os valores correspondentes a incentivos financeiros.

**26.4 Outras receitas e despesas operacionais**

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de <i>backoffice</i> - WIZ BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (i)	(30.411)	(26.708)
Tarifas de cobrança	(23.263)	(23.593)
Despesas com indenizações judiciais	(44.532)	(34.329)
Despesas com honorários advocatícios	(11.887)	(14.815)
Despesas com central de relacionamento	(6.839)	(7.608)
Despesas com mão de obra alocada	(3.135)	(4.807)
Despesas com títulos de capitalização - CNP Capitalização (i)	(5.521)	(3.677)
Despesas com análise de crédito	(514)	(730)
Redução ao valor recuperável de operações com seguradoras	(1.132)	(231)
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber (nota 6.1.2)	302	(428)
Despesas com serviços de terceiros	(11.335)	(6.106)
Outras receitas e despesas	(63.057)	(43.455)
<b>Total</b>	<b>(201.324)</b>	<b>(166.488)</b>

(i) Os saldos referem-se a transações com partes relacionadas e foram detalhadas na nota 23.

**26.5 Despesas Administrativas**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(123.866)	(83.494)
Serviços de terceiros	(50.173)	(38.923)
Localização	(31.727)	(21.082)
Publicidade e propaganda	(37.643)	(8.099)
Amortização - Direitos uso Balcão CAIXA	(93.333)	-
Outras despesas administrativas	6.151	(9.791)
<b>Total</b>	<b>(330.591)</b>	<b>(161.390)</b>

**26.6 Despesas com Tributos**

	31/12/2024	31/12/2023
IPTU e ISS	(35.300)	(30.557)
PIS/COFINS	(199.152)	(173.010)
Taxa de fiscalização SUSEP	(6.262)	(4.840)
Outras despesas com tributos	(247)	(255)
<b>Total</b>	<b>(240.961)</b>	<b>(208.661)</b>

**26.7 Resultado Financeiro**

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com fundos de investimentos	13.823.779	16.460.238
Resultado com títulos de renda fixa	538.113	208.880
Encargos financeiros das provisões técnicas	(13.677.330)	(16.192.699)
Encargos financeiros da comissão de performance	(18.696)	(1.476)
Juros de passivos de arrendamento	(1.293)	(129)
Despesas com títulos de capitalização - CNP Capitalização (i)	139	162
Imposto Sobre Operações Financeiras	(400)	(377)
Outras receitas e despesas financeiras	(1.541)	(4.041)
<b>Total</b>	<b>662.771</b>	<b>470.558</b>

**26.8 Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	2.760.665	2.760.665	2.648.383	2.648.383
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.760.665</b>	<b>2.760.665</b>	<b>2.648.383</b>	<b>2.648.383</b>
Taxa nominal do tributo	15,00%	25,00%	15,00%	25,00%
<b>Tributos calculado a taxa nominal</b>	<b>(414.100)</b>	<b>(690.166)</b>	<b>(397.257)</b>	<b>(662.096)</b>
Ajustes do lucro real	(57.962)	(57.490)	(34.496)	(34.076)
Benefícios incentivados	(5.632)	(5.632)	(3.288)	(3.288)
Ajustes temporários diferidos	82.420	83.491	39.537	40.249
Ajuste de exercício anterior	(5.998)	(7.240)	-	-
<b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>	<b>12.828</b>	<b>13.139</b>	<b>1.753</b>	<b>2.885</b>
<b>Tributos sobre os ajustes</b>	<b>(1.924)</b>	<b>(3.284)</b>	<b>(263)</b>	<b>(721)</b>
Incentivos fiscais	-	30.613	-	50
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(416.024)</b>	<b>(662.837)</b>	<b>(397.520)</b>	<b>(662.768)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>15,07%</b>	<b>24,01%</b>	<b>15,01%</b>	<b>25,03%</b>

**27. Participação nos resultados**

A participação nos lucros, devida aos empregados, está definida no Estatuto da Companhia e limitada a 5% do lucro apurado no exercício depois de deduzidos os ajustes nos lucros acumulados e apuração do imposto de renda e a contribuição social.

A despesa contabilizada em 31 de dezembro de 2024 era de R\$19.821 (R\$ 15.069 em 31 de dezembro de 2023), ficou dentro do limite estabelecido no Estatuto e foi calculado conforme regras firmadas através de acordo feito com o sindicato da categoria. Os ajustes destas provisões são feitos, quando necessário, no mês subsequente em função das decisões da Assembleia Geral Ordinária.

**28. Comitê de auditoria**

O Comitê de Auditoria está constituído na Controladora, com base no artigo 128 da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações subsequentes, tendo alcance sobre a Companhia.

**29. Outros assuntos**

**29.1 Honorários de Auditoria**

A divulgação dos honorários de auditoria é publicada anualmente no balanço consolidado do controlador final - CNP Assurance, na França.

**29.2 Eventos Subsequentes**

No dia 03 de dezembro de 2024, a Companhia deliberou através de Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intercalares referentes ao resultado apurado no 3º trimestre de 2024 no valor de R\$ 568.780 que foram pagos em janeiro/2025.

**Comitê Executivo**

<b>Benjamin Bernard Henri Sacksteder</b> Diretor Presidente	<b>Rafael de Oliveira Moraes</b> Diretor Financeiro	<b>Gabriela Nogueira Feres</b> Diretora Técnica e de Produtos	<b>Rafael Domingues Conessa</b> Diretor Comercial	<b>Rodrigo Passadore Constantino</b> Diretor de Operações e TI
<b>Diretoria de Controles Internos</b>		<b>Contador</b>	<b>Atuária</b>	
Daniella Bertola Luiz		Francisco Sousa Lima - Contador CRC 1SP220155-O-0	Thais Barbiani Arnéz - Atuária - MIBA nº 2305	

**Parecer dos Atuários Independentes**

<p>Aos Administradores e Acionistas <b>Caixa Vida e Previdência S.A.</b> <b>Escopo da auditoria</b> Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Vida e Previdência S.A. (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p><b>Responsabilidade da administração</b> A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p><b>Responsabilidade dos atuários independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p>	<p><b>Opinião</b> Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, com os itens definidos no primeiro parágrafo acima, da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p><b>Outros assuntos</b> No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p> <p>São Paulo, 12 de fevereiro de 2025</p> <p><b>PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.</b> Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105 <b>Vinicius Oliveira Cecaroli</b> MIBA 2699</p>
---	--

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

<p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Caixa Vida e Previdência S.A.</b> São Paulo - SP</p> <p><b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras da <b>Caixa Vida e Previdência S.A.</b> (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da <b>Caixa Vida e Previdência S.A.</b> em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p> <p><b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p>	<p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores</b> A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.</li> <li>- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.</li> <li>- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.</li> <li>- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.</li> <li>- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> <li>- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</li> <li>- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</li> <li>- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li> </ul> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 12 de fevereiro de 2025</p> <p><b>KPMG</b> <b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b> CRC 2SP-027685/O-0 F SP</p> <p><b>Carolina Maciel Messias dos Santos</b> Contadora - CRC SP-246031/O-8</p>
--	---